

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.898 - PR (2019/0057715-8)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : MARTINS E VIEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS
EMBARGANTE : EDU ALEX SANDRO DOS SANTOS VIEIRA
ADVOGADO : EDU ALEX SANDRO DOS SANTOS VIEIRA - PR046549
EMBARGANTE : RAPHAEL FARIAS MARTINS
ADVOGADO : RAPHAEL FARIAS MARTINS - PR043386
EMBARGADO : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
INTERES. : MARCIO DE CARLOS GARCIA
ADVOGADO : JOAQUIM ROBERTO TOMAZ - PR022128
INTERES. : TOYAMA COMERCIO DE CAFE E CEREAIS LTDA
INTERES. : VALTER VIEIRA NETO
ADVOGADO : EDU ALEX SANDRO DOS SANTOS VIEIRA E OUTRO(S) - PR046549
INTERES. : ELIAS VIEIRA LOPES IMOVEIS - ME
ADVOGADO : ALEXANDRE RECH - PR037887
INTERES. : MUNICÍPIO DE MARINGÁ/PR
INTERES. : PLANOS ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - ME
INTERES. : PREMIER CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO LTDA
ADVOGADO : LUIZ AUGUSTO WRONSKI TAQUES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. EXISTÊNCIA DE VÍCIO NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARA TORNAR SEM EFEITO A DECISÃO MONOCRÁTICA.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 274/309) opostos contra decisão monocrática assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. NATUREZA ALIMENTAR. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ARTS. 186 E 187 DO CTN. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

Em suas razões de embargos de declaração, sustenta o embargante que há erro material no julgado, na medida em que o acórdão ora recorrido se pauta em julgamento diverso daquele considerado como último pronunciamento colegiado do tribunal de origem.

Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões apresentadas (fls. 351/362).

É o breve relatório, decidido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ, segundo o qual *“aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Assiste razão o recorrente, ora embargante, pois a decisão não tomou como parâmetro o voto de fls. 131/143 (e-STJ).

Neste sentido, torno sem efeito a decisão monocrática de fls. 264/266 (e-STJ). Após, voltam-se conclusos os autos.

Publique. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

